

# **Lançamento da obra “Raça e Gênero - Discriminações, interseccionalidades e resistências” - São Paulo/SP, 09/03/2020**

No dia 09 de março, no Tucarena, em São Paulo/SP, acontece o lançamento da terceira coletânea do Grupo de Pesquisa “Direito, Discriminação de Gênero e Igualdade” da PUC-SP, coordenado pela professora doutora Silvia Pimentel, cujo título é **“Raça e Gênero: discriminações, interseccionalidades e resistências”**. Trata-se de uma coletânea de artigos acerca das discriminações de gênero a partir de uma perspectiva interseccional, articulando gênero, raça e classe social. Além de artigos jurídicos, a obra abarca artigos das ciências sociais, da psicologia e da literatura. O evento contará com a participação especial das homenageadas Conceição Evaristo e Sueli Carneiro.

# Lançamento

As professoras **Silvia Pimentel** e **Siméia Mello** convidam para o lançamento da obra

## Raça e Gênero

discriminações,  
interseccionalidades  
e resistências

**Dia 9/3 (segunda-feira)**  
**Das 19h às 22h**  
**Tucarena**  
**Rua Monte Alegre, 1024**



Participação especial das homenageadas: **Conceição Evaristo** e **Sueli Carneiro**  
Pocket show da Funmilayo Afrobeat Orquestra



## Só há união estável se o casal fizer sexo?, por Rita Lisauskas

*Casos como o de Rose Miriam acontecem o tempo todo por aí*

[Estadão.com](mailto:Estadão.com), 04/02/2020 - [acesse no site de origem](#)

De repente, nos deparamos com a teoria que uma mulher só pode ser considerada parceira e em união estável com um homem se for provado (como?) que habitualmente fazia sexo com ele. Não importa se ela foi chamada publicamente e por anos de 'namorada' e se depois aparecia nas fotos de família, já que tinha três filhos com o mesmo homem. Também parece irrelevante saber que ela esteve no comando de toda a rotina da casa onde as crianças e o pai moravam - ele apenas quando não estava em outro país a trabalho, verdade seja dita. Era ela quem levava os filhos dos dois ao médico, à escola, que conferia a lição de casa e se os dentes tinham sido bem escovados todas as noites, afinal as crianças tinham que estar saudáveis e felizes no momento de posar para a foto que iria mostrar a todo o Brasil que aquela era uma família comandada por um legítimo representante da família tradicional brasileira.

Muitos homens só conseguiram ascender na carreira porque havia uma mulher em casa lavando suas cuecas e cuidando das crianças, um trabalho invisível, pouco reconhecido e não remunerado. Se ela fazia sexo ou não com esse parceiro nunca esteve em discussão até este momento (e arrisco dizer que muitas, sobrecarregadas pela jornada, estavam cansadas demais para isso). Mas se a casa estava funcionando e o marido podia exibir esse êxito em público, 'olha como sou bem-sucedido em todas as esferas da vida', ninguém questionava a relação desse casal. Isso até novembro do ano passado.

Assim que foi aberto o testamento deixado pelo apresentador de tevê Gugu Liberato, morto em um acidente doméstico, a definição do verbete 'família' começa a ser atualizado. Segundo Antônio Houaiss, **era** "o núcleo social de pessoas unidas por laços afetivos, que geralmente compartilham o mesmo espaço e mantêm entre si uma relação solidária e estável". Na definição nunca constou a exigência de que essas pessoas, para serem consideradas como tal, precisavam fazer sexo. Também temos nos deparado com a discussão do quê é uma união estável, segundo a jurisprudência "a convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e de uma mulher, sem vínculo matrimonial, convivendo como se casados fossem, sob o mesmo teto ou não, constituindo, assim, sua família de fato". Precisamos agora garantir que eles tenham feito sexo quantas vezes durante o período em que estiveram juntos para que sejam vistos assim pela lei?

Claro que estou falando sobre a relação entre o apresentador de tevê Augusto Liberato e a médica Rose Miriam di Matteo, mãe de seus três filhos e não contemplada no testamento de Gugu, lido logo após a morte do apresentador em novembro último. Desde que ela questionou a divisão dos bens e que recorreu à Justiça para ser reconhecida como companheira do apresentador (como [as capas das revistas dos últimos 20 anos](#) atestaram que era, sem que Gugu tivesse ligado às redações contestando o tratamento utilizado), temos sido contemplados com o assunto na imprensa, nas rodinhas de conversa, nas redes sociais.

Casos como o de Rose Miriam acontecem o tempo todo por aí, principalmente quando as relações acabam e se começa a discutir pensão alimentícia e quem fica com o quê, pergunte a qualquer advogado especializado em direito de família. Um dos argumentos usados pelos homens que não querem dividir o patrimônio com as mulheres que passaram cinco, dez, vinte anos se dedicando à casa (também dele) e aos filhos (também dele) é a de que ela “nunca trabalhou”, “onde já se viu querer metade de tudo o que eu conquistei a minha vida inteira”? Mas se será que esse homem teria sido assim tão bem sucedido se tivesse que deixar o escritório mais cedo para buscar criança na escola ou se faltasse em reunião porque o filho se machucou no recreio e teve de ser levado às pressas ao hospital? Aposto um picolé de limão que não.

Com esse imbróglio entre Rose e a família de Gugu, descemos mais uns degraus no capítulo da desqualificação da mulher que dedica a vida à uma família, independentemente qual seja sua configuração. Agora temos além do já conhecido “ela não trabalha” ou “só cuida dos filhos”, o novíssimo “ela só é mãe das crianças”, [“eles nunca tiveram nada”](#). Inacreditável termos de ouvir algo assim em pleno século XXI. Pior ainda quando saído da boca de outras mulheres, como a mãe e a irmã do apresentador.

---

# Número de grávidas com HIV aumenta quase 40% em dez anos

O número de grávidas com HIV no Brasil vem crescendo desde 2008, de acordo com os últimos dados do Boletim Epidemiológico de HIV/Aids divulgados pelo Ministério da Saúde. Em 2008, foram registradas 6,7 mil gestantes com HIV, o que representava 2,1 casos para cada 1 mil nascidos vivos. Em 2018, esse número passou para 8,6 mil, o equivalente a 2,9 casos a cada 1 mil pessoas.

[\(Agência Brasil, 09/01/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Enquanto o número de casos notificados de aids, que é a síndrome causada por este vírus, cai entre a população em geral, desde 2014, em todo o Brasil, o número de gestantes com HIV aumentou quase 37% nos últimos dez anos.

De acordo com o diretor do Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Gerson Fernando Pereira, essa diferença se deve ao aumento das notificações, mas também aos avanços no tratamento da síndrome.

“A aids, no passado, tinha uma mortalidade alta. Hoje, a pessoa infectada tem a mesma sobrevivência de uma pessoa não infectada, desde que tome o medicamento. Mulheres que tomam o medicamento podem ter crianças por parto normal. Elas têm estímulo para engravidar.”

Hoje, em todo o país, todas as mulheres grávidas atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) devem, obrigatoriamente, fazer o teste de HIV. Os casos positivos devem ser notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan).

## Mudanças no atendimento

Com a obrigatoriedade do teste, muitas mulheres só descobrem o HIV quando engravidam. Foi assim com Aninha\*, em 1992. “Não havia quase nada para mulheres na época, não tinha uma política específica para nós. Muito sobre o HIV era voltado para gays, mulheres trans, etc. As mulheres que descobriam ficavam isoladas, poucas pessoas falavam que estavam passando pela mesma situação.”

Quando engravidou, na década de 1990, Aninha passou por uma série de dificuldades para ter o filho. “Foi bem difícil, porque tinha pouca informação, eu não sabia se teria um bebê saudável.” Ela contou que recebeu do médico que a acompanhava no pré-natal, uma carta com a indicação de que o parto deveria ser feito por cesariana.

“Passei por algumas unidades hospitalares enquanto estava tendo contrações. Quando eu entregava a carta, as pessoas diziam que não estava ainda no momento de ter o bebê e me mandavam voltar para casa. Fui a quatro lugares e recebi a mesma resposta. Percebi o preconceito”, disse.

Ela acabou tendo o filho de parto normal. Como tomava a medicação contra a Aids e fazia o devido acompanhamento, o filho não foi infectado pelo vírus HIV.

Hoje, mais de 20 anos depois, o cenário está diferente e, ainda que seja preciso melhorar, mais pessoas estão fazendo o teste de HIV e mais pessoas estão recebendo o tratamento.

Natália\*, por exemplo, é soropositiva e tem duas filhas, uma de 4 anos e outra de 2 anos. “Eu já sabia do diagnóstico e já fazia tudo direitinho. Quando tive minhas filhas, recebi leite, tudo pelo hospital”, disse.

Ela brinca que tem mestrado e doutorado em partos. “Eu tive duas experiências. A mais velha foi por parto normal. A mais nova foi por cesariana, porque a bolsa já havia estourado há algumas horas. Assim que entrei no centro cirúrgico, tive que fazer cesárea, mas [dependendo apenas do HIV] poderia ter sido normal também”.

## **Certificação**

A prova de que o país avançou no atendimento às gestantes é a redução da chamada transmissão vertical, quando o HIV é passado da mãe para o filho na gestação, no parto ou durante a amamentação. A taxa caiu de 3,6 casos a cada 100 mil habitantes, em 2008, para 1,9 mil casos, em 2018, o que corresponde a uma queda de 47,2%.

Três municípios brasileiros receberam a Certificação de Eliminação da Transmissão Vertical de HIV. No Paraná, Curitiba e Umuarama receberam a certificação em 2017 e 2019, respectivamente, e, mais recentemente, São Paulo. A capital paulista, com 12,1 milhões de habitantes, é a cidade com maior população no mundo a receber tal título, segundo o Ministério da Saúde.

No Rio de Janeiro, o Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, vinculado à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), é referência no atendimento a gestantes com HIV. “Desde 2008 não nasce nenhum bebê com HIV aqui. A maternidade é a melhor maternidade pública do Rio de Janeiro”, ressaltou o diretor do hospital, Fernando Ferry.

Para Ferry, o aumento de notificações entre grávidas deve-se principalmente à obrigatoriedade do exame. “Muita gente hoje vive com HIV e não sabe. Com tratamentos mais eficazes e com menos efeitos colaterais, a geração mais nova não tem medo da aids.”

Ele defende, no entanto, que a síndrome merece atenção e que é necessário educar a população. “Existe um tabu de que é errado, que é feio, é pecado e, por isso, não se discute sexualidade. Isso deveria ser ensinado nas escolas, de forma técnica por professores preparados e capacitados”, disse.

## **Ações nacionais**

Os dados do Ministério da Saúde mostram que há ainda grupos mais vulneráveis que outros à síndrome. Em 2018, cerca de 56% dos casos de aids foram registrados entre pessoas negras e, cerca de 60%, entre aqueles com até o ensino médio completo.

“O Brasil tem uma epidemia concentrada de aids/HIV. O que quer dizer que 0,4% da população tem HIV”, diz Pereira, que ressalta que as populações mais vulneráveis à infecção são homens que fazem sexo com homens, mulheres trabalhadoras sexuais, pessoas transsexuais e usuários de drogas.

De acordo com Pereira, a estimativa é que 86% das pessoas infectadas estejam diagnosticadas e 78% estejam em tratamento. A meta é elevar ambas proporções para 90%.

O ministério trabalha também com distribuição gratuita e com campanhas para incentivar o uso de preservativos nas relações sexuais, que são a principal via de transmissão do vírus HIV.

A pasta pretende ainda zerar os casos de transmissão vertical e, para isso, em parceria com estados e municípios, incentiva a formação de pessoal para a realização adequada do pré-natal.

*\*As entrevistadas pediram para não se identificar*

*Por Mariana Tokarnia*

---

## **Dossiê Violência Sexual traz orientações para vítimas e quem quer apoiá-las**

*No Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, Instituto Patrícia Galvão lança plataforma digital com informações sobre assédio sexual, estupro e violência de gênero online para as vítimas e quem quer apoiá-las*

**(Agência Patrícia Galvão - 25/11/2019)**



Qualquer prática sexual não consentida é uma violência sexual. Seja em casa, no trabalho, nas escolas, universidades, espaços públicos, inclusive na internet, diariamente as mulheres são submetidas a diversas formas de violências que não têm nada a ver com desejo sexual. São manifestações de poder naturalizadas em sociedades estruturadas sobre desigualdades de gênero, raça, etnia e classe.

## **Direito a informação e serviços**

Promover o acesso das mulheres a informações sobre como se proteger e a quem recorrer — tanto para receber apoio e os cuidados necessários, quanto para fazer uma denúncia — é fundamental para mudar o grave cenário da violência sexual no Brasil, onde 97% das mulheres declaram já terem sido vítimas de assédio em meios de transporte e no qual se estima que apenas 10% dos estupros sejam denunciados à polícia ([saiba mais](#)). Também é importante informar toda a sociedade sobre a urgência do problema e as transformações culturais necessárias, bem como o papel que cada um e cada uma podem desempenhar para apoiar as vítimas e ajudar a mudar esse quadro.

Para contribuir nesta frente, o [Dossiê Violência Sexual](#) reúne informações e orientações de quem lida diretamente com o problema — médicas, psicólogas, advogadas, promotoras, defensoras, autoridades policiais, especialistas e ativistas de diferentes áreas. As profissionais consultadas reforçam que é necessário dar um basta no julgamento moral, na culpabilização e na revitimização das mulheres, que constroem as vítimas com mais violência. A recomendação é oferecer escuta, apoio, acolhimento e ajudar a cobrar direitos e serviços. Assim, as especialistas nos lembram que enfrentar esse problema é urgente e exige uma transformação no Estado e na sociedade.

## **Dossiê digital para compreender e enfrentar o problema**

Norteadas por algumas perguntas-chaves, o Dossiê Violência Sexual traz

informações sobre as diversas formas de assédio sexual e de violência de gênero online, além do estupro, considerado uma das formas mais graves de violação aos direitos humanos. Como essas violências acontecem no Brasil? Que leis e informações podem ajudar? Se estou passando por essas violências, quem eu posso procurar? O que eu preciso saber para apoiar uma vítima de violência sexual?

Com o objetivo de compreender as múltiplas desigualdades que se combinam e que afetam de forma diferenciada mulheres negras, indígenas, periféricas e LBTTQI+, também serão lançadas, em uma segunda etapa, as seções sobre “violência sexual e a intersecção com o racismo e a LBT+fobia” e “abuso sexual infantil e de vulnerável”.

**Acesse:** <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-sexual>



The screenshot shows the top navigation menu of the website 'dossies.violencia sexual'. The menu items are: home, o dossiê, tipos de violência, direitos e serviços, dados & fontes, o papel da imprensa, and ajuda. A search icon is also present. Below the navigation is a large purple banner with the text 'VIOLÊNCIA SEXUAL' and the headline 'A culpa nunca é da vítima!'. Below the headline is a sub-headline: 'Quem sofre uma violência sexual precisa de acolhimento, escuta, informação, direitos e serviços. Nunca de julgamento!'. At the bottom left of the banner is a button that says 'Conheço/Sou uma vítima'. On the right side of the banner is an illustration of a diverse group of women's faces.

## QUERO SABER MAIS SOBRE



Assédio sexual



Estupro



Violência de gênero online

---

# Pesquisa inédita levantará dados sobre o Perfil da Mulher na Política no Brasil

*É a primeira vez que uma pesquisa de abrangência nacional busca entender as características comuns às mulheres brasileiras com inspiração política.*

Reunidos, os projetos ***Me Farei Ouvir*** e ***Elas No Poder*** lançaram a pesquisa ***Perfil da Mulher na Política*** sobre a relação entre as mulheres e o sistema político brasileiro, em especial os partidos e as eleições. O objetivo é levantar dados sobre mulheres de todas as regiões geográficas do país que têm interesse em política, que já se candidataram a cargos políticos eletivos ou que pretendem se candidatar no futuro.

Muitos são os estudos que tentam compreender quais as razões desse público ser mais da metade da população, 52% segundo o último IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; e, ao mesmo tempo, o Brasil registrar uma baixa representação política de mulheres nos espaços de decisão. Hoje, elas representam 15% do Congresso Nacional, em Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais. A pesquisa estuda uma série de hipóteses sobre esse tema e seus resultados vão subsidiar as estratégias de campanhas femininas para que estas se tornem mais competitivas.

## **Metodologia**

O estudo é quantitativo com amostra por conveniência. Ou seja, as participantes não serão selecionadas aleatoriamente para responderem ao questionário. Dada a dificuldade em acessar o público alvo, além do curto prazo para a coleta de dados, optou-se por fazer uma ampla divulgação do questionário para obter respostas de todas as regiões geográficas do país.

Lançada na plataforma online TypeForm no dia 04 de novembro, a

pesquisa [Perfil da Mulher na Política](#) coletará os dados até o dia 13 de dezembro. Depois disso, será produzido um relatório analítico com os resultados para divulgação em janeiro de 2019. Relatório e banco de dados serão disponibilizados nos sites dos projetos **Me Farei Ouvir** e **Elas No Poder**. O projeto é “código-aberto” e os resultados serão divulgados e disponibilizados para conhecimento e uso de todos.

Além de se tornar uma fonte de recursos para pesquisadores de gênero e ciência política, a pesquisa também será de grande valia para partidos políticos engajados na ampliação da participação feminina e no combate ao fenômeno de candidaturas laranjas. Afinal, ela fornecerá uma série de insumos sobre como é a atual percepção das mulheres em relação aos partidos políticos; dados que são fundamentais para auxiliar os partidos em seus processos de recrutamento e manutenção dos quadros políticos femininos.

### **Soma de forças**

O projeto **Me Farei Ouvir** é independente e 100% realizado por mulheres. Ele engloba a produção de um documentário, que está em fase de filmagem, e de um livro-cartilha, o Manual da Mulher Candidata. Recentemente, o Me Farei Ouvir conquistou o apoio de mais de 800 pessoas, instituições e marcas, atingindo o sétimo lugar entre as campanhas de financiamento coletivo mais bem sucedidas na categoria Cinema e Vídeo na plataforma do Catarse.

Durante esta campanha, que teve duração de 45 dias, as realizadoras conheceram o trabalho desenvolvido pelas cientistas políticas Karin Vervuurt e Letícia Medeiros, da ONG **Elas No Poder**, que atuam desde 2010 com pesquisas eleitorais e, desde 2018, sentiram a urgência de atuar na capacitação de mulheres para incentivar que cada vez mais mulheres se candidatem a cargos eletivos no Brasil.

A pesquisa [Perfil da Mulher na Política](#) é o segundo fruto desta parceria. O primeiro foi o Curso de Formação Política para Mulheres, realizado em outubro de 2019, que capacitou 150 mulheres com inspiração política de todos os estados do Brasil - com o apoio do coletivo Elas Pedem Vista e

apresentação da ABRADep - Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político.

---

# **A cada 20 minutos, 1 menina é vítima de estupro no país**

*Levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que houve 50.899 registros de crimes contra jovens de até 18 anos em 2017 e 2018*

**[\(Folha de S.Paulo, 04/12/2019 - acesso no site de origem\)](#)**

A cada 20 minutos, ao menos uma menina de até 18 anos é vítima de [estupro](#) no Brasil. Foram 50.899 registros de crimes contra jovens nessa faixa etária de janeiro de 2017 a dezembro de 2018, 62% de todos os casos de estupro registrados no país no período (considerando aqueles em que foi possível identificar gênero e idade das vítimas). A título de comparação, a cidade de Campos do Jordão, no interior de São Paulo, tem cerca de 52 mil habitantes, segundo estimativa do IBGE. É o que mostra um novo levantamento feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública a pedido da organização Plan International Brasil, que promove os direitos de crianças e adolescentes, com base nos dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Os dados são divulgados em meio aos *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres*, campanha da ONU (Organização das Nações Unidas) que ocorre anualmente desde 1991 nos meses de novembro e dezembro. “Os dados são relevantes porque mostram que a violência contra as mulheres começa muito cedo”, afirma Flavio Debique, gerente de programas e incidência da Plan.

Para o relatório, foram considerados pelo Fórum casos de estupro (constranger alguém a ter conjunção carnal ou praticar ato libidinoso mediante violência ou grave ameaça) e estupro de vulnerável (conjunção

carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos).

Das 27 unidades federativas, 23 enviaram suas bases de dados para os pesquisadores. Só 13 especificaram o sexo e a idade das vítimas: Acre, Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo. A relação entre a vítima e o autor da violência sexual só foi informada em 27% dos casos.

As informações escassas são um obstáculo para traçar um retrato mais preciso da realidade, diz Juliana Martins, coordenadora institucional do Fórum. Falta de treinamento de agentes que prestam atendimento a vítimas e de estrutura e falta de transparência com os números são algumas das razões.

“Temos mais dificuldade em saber o problema que estamos enfrentando. Precisamos dessas informações para pensar em políticas públicas e ações adequadas”, diz ela.

[O ano passado registrou o maior número de casos de estupro desde 2007](#), quando o Anuário começou a ser feito: foram mais de 66 mil (quase o equivalente ao estádio do Morumbi lotado), ou mais de 180 por dia, segundo dados divulgados em setembro.

Mulheres foram vítimas em 82% dos casos. Mais da metade do total das vítimas, 54%, tinha até 13 anos. O recorte específico de jovens de até 18 anos não havia sido divulgado. E os números mostram que a cena de uma mulher atacada por um desconhecido enquanto anda por uma via escura e deserta não corresponde à maioria dos casos: 76% das vítimas têm vínculo com o criminoso.

Pesquisa do Datafolha divulgada no início deste ano mostrou que 42% das [mulheres vítimas de agressão \(entre elas, sexual\) foram atacadas dentro da própria casa](#). O número de ocorrências, como especialistas sempre ressaltam, não reflete a realidade: apenas 7,5% das vítimas de violência sexual no país denunciam o crime à polícia, de acordo com estimativa do Fórum. Nos Estados Unidos, o percentual costuma ser de 16% a 32%.

Quando se trata de menores de idade, a situação pode ser ainda mais grave, diz Debique. “Quando ocorre com a criança, muitas vezes a família prefere manter o silêncio por temer uma estigmatização ou revitimização”, diz.

Tratar de gênero e violência de gênero nas escolas é uma forma de conscientizar as crianças e famílias a romperem o silêncio, diz Martins. “O enfrentamento não deve ser uma ação apenas da polícia, mas um trabalho em rede e integrado. A educação é fundamental”, afirma. “Meninas muitas vezes não têm repertório para compreender que são vítimas de violência.”

Por [Júlia Zaremba](#)

---

## **Em sessão solene na Câmara dos Deputados, Margaridas reivindicam direito à terra e fim da violência no campo**

*Congresso Nacional homenageou Marcha das Margaridas. Procuradoria dos Direitos do Cidadão também promove iniciativas no marco da Semana de Luta pela Reforma Agrária e Contra a Violência*

**[\(MPF, 13/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

Mais de 600 mulheres trabalhadoras do campo, das florestas e das águas estiveram reunidas na manhã desta terça-feira (13) no plenário Ulysses Guimarães em uma sessão solene promovida pelo Congresso Nacional para homenagear a Marcha das Margaridas. A atividade reverenciou a mobilização que acontece entre hoje e amanhã, em Brasília, reunindo cerca de 100 mil mulheres trabalhadoras rurais de todo o país. O ato marca a memória da líder sindical paraibana Margarida Maria Alves, assassinada em 12 de agosto de 1983, no contexto da luta por direitos no campo, e que



ensejou o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

“A morte de Margarida Alves é marcada por muitas simbologias. É o silenciamento da voz da mulher, da nordestina, da camponesa e dos que lutam por direitos”, destacou a procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat.

Para a representante do Ministério Público Federal, o enfrentamento à opressão e à violência é um desafio que aproxima mulheres indígenas, camponesas, trabalhadoras do campo e da cidade. “Ser mulher é ter o compromisso com todas essas lutas por direitos, especialmente diante das atuais ameaças às garantias estabelecidas pela Constituição de 88”.

A procuradora federal dos Direitos do Cidadão apontou que os retrocessos que se verificam em diversas políticas públicas nos mostram que o tempo não é linear e que estamos nos aproximando daquele vivido por Margarida Alves, no qual a violência é a ferramenta para exterminar tudo que não faz parte da hegemonia. “Quero portanto saudar todas as Margaridas presentes, na expectativa de que essas lutas que se iniciam e se fortalecem consigam dizer não ao retrocesso”, destacou.

O reconhecimento à mobilização dessas trabalhadoras também foi lembrado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Em mensagem lida pela deputada Erika Kokay (PT-DF), uma das autoras do requerimento para a sessão solene, o presidente da Casa reforçou que “homenagear o maior movimento de mulheres da América Latina é reverenciar uma mobilização que traz para Brasília camponesas de todos os cantos do país comprometidas com suas bandeiras de soberania popular, de democracia, de justiça, de igualdade e pela diminuição da violência”, destacou.

A Marcha das Margaridas acontece a cada quatro anos e constitui a maior ação organizada na América Latina por mulheres do campo, das florestas e das águas. Em 2019, a mobilização tem como lema “Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência”.

**Termo de cooperação para o combate à violência no campo** - Também nesta terça-feira - como parte das iniciativas que marcam o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária e Contra a Violência no Campo - a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão firmou um [termo de cooperação](#) com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) voltado a prevenir a violência agrária.

Dados do mais recente relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontam que quase um milhão de pessoas estiveram envolvidas em conflitos no campo no Brasil em 2018. Somente nos três primeiros meses



deste ano já foram registrados dez assassinatos em disputas por terra.

“A cooperação tem como referência o reconhecimento do coletivo como importante interlocutor para a construção do diálogo necessário ao desenvolvimento de soluções pacíficas dos conflitos no campo no Brasil. Além de estabelecer uma mesa de diálogo para tratar dos casos de violações de direitos, o protocolo pretende auxiliar na coleta, análise e sistematização de denúncias sobre ameaças e violências, bem como descumprimento na implementação de políticas públicas na área”.

O grave cenário de violência no campo e o papel do Ministério Público Federal na garantia de direitos também levaram a PFDC a elaborar roteiros voltados a subsidiar a atuação do MPF na área. Em [“Violências praticadas contra Defensores de Direitos Humanos no Campo- Possibilidades de Atuação”](#) são apresentadas diretrizes para uma atuação pós conflito, com sugestões das primeiras medidas a serem adotadas, assim como ações práticas na definição de estratégias de curto e longo prazo. A publicação busca não apenas indicar caminhos para acompanhar e propor respostas aos conflitos, mas também permitir uma atuação proativa da instituição e um diálogo permanente com as famílias das vítimas.

Já o roteiro [“Ameaças contra Defensores de Direitos Humanos no Campo - Possibilidades de Atuação”](#) é voltado à uma atuação institucional que anteceda a prática de qualquer ato de violência no campo. Orientações sobre formalização de ameaças, padronização de registros e fluxos para o adequado acompanhamento processual, análise de risco e encaminhamento de demandas fazem parte do guia, que busca não apenas garantir a integridade física dos defensores de direitos humanos, mas a continuidade da luta pelo direito à terra. Os materiais foram elaborados pelo Grupo de Trabalho da PFDC sobre Direito à Reforma Agrária e podem ser acessados em sua versão eletrônica.

**Em defesa de direitos e contra a violência** - Diante do encolhimento dos espaços de diálogo institucionais sobre a questão, em 2016, a PFDC reativou o funcionamento do Fórum por Direitos e Contra a Violência no Campo. O colegiado retoma experiência desenvolvida na década de 1990 e busca atuar como agente articulador dos diversos segmentos afetados pela desconstrução de políticas públicas na área, reunindo representantes de organizações da sociedade civil e de movimentos de indígenas, camponeses, pescadores, quilombolas e outras comunidades tradicionais.

Em sua mais recente reunião, promovida na última sexta-feira (9), o Fórum colocou em pauta temas como a MP 881, os impactos causados pelo fechamento de escolas do campo, além da desistência do Incra em

processos de desapropriação de terra - assunto que voltou a ser debatido ontem (12), em reunião solicitada pela deputada Érika Kokay, que integra a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. “O foco de preocupação está no risco de conflitos durante reintegrações de posse decorrentes da desistência de interesse do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em processos de desapropriação”, destacou.

A reflexão sobre esses e outros desafios na área também está na seleção de artigos científicos que a PFDC está promovendo, e cuja [prorrogação das inscrições](#) até o próximo dia 19 foi anunciada hoje. Os textos integrarão coletânea editada pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e deverão tratar sobre reforma agrária, por meio da abordagem do papel do sistema de justiça (Ministério Público, Poder Judiciário, Advocacia-Geral da União, Defensoria Pública, Assessorias Populares, dentre outros), em face das práticas e desafios para a sua efetivação.

Os artigos podem ser de autoria de membros do MPF ou de colaboradores externos à instituição e deverão trazer um enfoque jurídico, podendo conter, também, análises próprias de outros campos do conhecimento.

**Diagnóstico da reforma agrária** - Ainda como parte das ações que marcam o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária e Contra a Violência no Campo, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão está coletando informações para elaboração de relatório acerca da situação da reforma agrária no Brasil.

Realizado em ação coordenada com Procuradorias da República em todo o país, o levantamento elencará dados sobre o número de imóveis desapropriados e de assentamentos criados pelo poder público ao longo dos últimos anos no Brasil, assim como a aquisição de terras para a reforma agrária e a evolução orçamentária para a área.

O diagnóstico deverá contar ainda com dados sobre mortes em decorrência de conflitos por terra, ordens de reintegração de posse que estão em aberto no âmbito das Secretarias de Segurança Pública, bem como de mandados cumpridos. A proposta é que as informações possam subsidiar uma ação ampla do Ministério Público Federal na matéria.

---

# Exibição do documentário 'Gênero sob Ataque' - SP/SP, 01/02/2019

O SPW (Sexuality Policy Watch) tem o prazer de exibir o documentário premiado *Gênero sob Ataque* na **Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo** no dia **01 de fevereiro, às 19h**.

Hoje o atual governo completa um mês e seu rol de retrocessos já é espantoso, principalmente sobre os temas de sexualidade e gênero. São exemplos: a exoneração de Adele Benzaken do Departamento de HIV/Aids do Ministério da Saúde, a retirada das cartilhas de prevenção para homens trans (que agora volta à circulação, mas com ilustrações censuradas, a criação de um Ministério que prioriza a “família” e a “mulher” a despeito dos direitos humanos, a saída do deputado Jean Wyllys do país, um grande defensor dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos e da população LGBTTI, entre tantos outros. Ainda mais espantosas as conexões descobertas entre o próprio presidente e sua família com as mesmas milícias que assassinaram brutalmente Marielle Franco, símbolo da luta por direitos, especialmente das pessoas que moram em favelas, das mulheres e da população LGBTTI.

Desta forma, o SPW convida a todes para a exibição do documentário *Gênero sob Ataque*, que relata como as forças seculares e religiosas que se articulam em torno do ataque à “ideologia de gênero” no Brasil agem em conexão com forças na região da América Latina e da Europa de forma orquestrada e produzem efeitos nefastos desdemocratizantes.

ENTRADA GRATUITA!

Sujeito à lotação

☐ Sexta-feira, 01 de fevereiro de 2019, às 19h

☐ Auditório da FESP - R. Gal. Jardim, 522 - Vila Buarque, São Paulo

☐ Entrada franca

# Bancada feminina faz esforço final para aprovar propostas em 2018

*Em 2 semanas, 8 projetos de lei relacionados a direitos das mulheres passaram pela Câmara; 3 deles ainda precisam do aval do Senado.*

[\(HuffPost Brasil, 09/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Em fim de ano eleitoral e às vésperas do início do mandato de um número recorde de parlamentares novos, a **[bancada feminina](#)** fez um esforço, nas últimas 2 semanas, para aprovar propostas relacionadas a direitos das mulheres. Dentro da campanha “16 dias de ativismo pelo fim da **[violência contra as mulheres](#)**”, a Câmara dos Deputados aprovou, neste período, 8 projetos de lei ligados ao tema.

Desse total, 5 seguiram para sanção do presidente Michel Temer e 3 ainda precisam do aval do Senado, o que pode não ocorrer em 2018 devido ao rito de tramitação.

Os textos foram definidos após acordo entre as deputadas. Dos 9 escolhidos, apenas um foi retirado de pauta - o PL 622/2015. O projeto prevê a proibição do uso de recursos públicos para contratação de artistas que, em suas músicas, desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento, ou ainda contenham manifestações de homofobia, discriminação racial ou apologia ao uso de drogas ilícitas.

“Houve uma contestação de determinados setores ligados à cultura que acham que isso pode ser compreendido de maneira subjetiva e levar a uma

censura. Vamos nos debruçar sobre o assunto e ver se a gente especializa o projeto”, afirmou ao HuffPost Brasil a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA).

Para a parlamentar, o mutirão deve ser comemorado, mas há muito que avançar. “Estamos vivendo tempos turbulentos e as mulheres acabam ficando condicionadas a duas datas: março e o fim de ano. Isso é uma atipia do sistema legislativo brasileiro. Precisamos, além de crescer o número de mulheres, garantir a aprovação de pautas que impactem a vida de mais da metade da população brasileira”, afirmou.

Por esse motivo, Portugal defendeu que o Congresso vote uma reforma política que inclua cota de cadeiras para mulheres. A bancada não conseguiu avançar com a proposta de emenda à Constituição sobre esse tema nesta legislatura.

Entre as propostas aprovadas nas últimas 2 semanas, a maioria está ligada à violência doméstica, devido a uma facilidade de consenso sobre o tema entre as deputadas e à situação nacional nessa esfera. O Brasil é o quinto país que mais mata mulheres.

Na avaliação da deputada Maria do Rosário (PT-MS), a mobilização foi importante diante da expectativa para 2019. “Concluimos agora sem saber como será o futuro. Neste momento temos movimentos anti-feministas dentro da próxima bancada”, disse à reportagem.

A partir do próximo ano, das 77 eleitas, legendas progressistas como PT, PCdoB e PSol somam 21 integrantes. Do outro lado, 9 são do PSL, partido de Jair Bolsonaro. Aliadas do presidente eleito, já afirmaram, por exemplo, que [“mulher aceita a violência porque não quer trabalhar”](#).

Apesar do esforço da Câmara, o caminho não é curto no Senado. Os projetos originados na Câmara só não passam pelas comissões se forem aprovados requerimentos de urgência.

“Não creio que haja disposição da maioria de votar imediatamente projetos que acabam de vir da Câmara. E o requerimento de urgência depende de uma maioria determinada pelo regimento interno. Pode iniciar a tramitação, mas dificilmente concluir neste ano”, afirmou a senadora Vanessa Grazziotin

(PCdoB-AM).

De acordo com a parlamentar, que comanda a Procuradoria da Mulher no Senado, não houve um acordo com as deputadas para acelerar a tramitação. “Não houve um pedido formal de atenção especial para a bancada feminina. Não recebemos nenhum pedido nesse sentido”, afirmou.

Grazziotin acredita ser possível aprovar algum texto ligado a mulheres ainda em 2018, mas admite que algumas matérias não vão avançar. Uma delas é o projeto de lei que proíbe o casamento de menores de 16 anos, aprovado pela Câmara em junho. O PLC 56/2018 chegou a entrar na pauta do plenário do Senado neste semestre, mas saiu devido à resistência de senadores.

“Ele é bastante polêmico. Chegamos a sugerir a apresentação de uma emenda para que fosse votado ainda nessa semana, que dessa forma iria para a Câmara e a Câmara dá a palavra final, mas não houve consenso para ser votado”, afirmou Grazziotin. O objetivo da proposta é evitar casos de gravidez acidental, abandono escolar e exploração sexual, muitas vezes relacionados a casamentos precoces.

## **Entenda o que foi aprovado sobre violência contra mulher**

**01) Pagamento do agressor:** pendente de votação no Senado, o Projeto de Lei 9691/18 obriga o agressor a ressarcir os custos do SUS (Sistema Único de Saúde) com vítimas de violência doméstica, além de eventuais gastos com uso de abrigo para vítimas e dispositivos de monitoramento de mulheres amparadas por medidas protetivas. Para evitar que os bens da vítima sejam usados para esse pagamento, foi incluído no texto um dispositivo para que o ressarcimento não diminua o patrimônio dela ou de seus dependentes.

**02) Ecocardiograma fetal:** depende de aval do Senado o PL 5248/16, que inclui o ecocardiograma fetal entre os exames a serem oferecidos pelo SUS. Também deve estar disponível o exame de ultrassonografia transvaginal por duas vezes durante o primeiro quadrimestre da gravidez.

**03) Prevenção contra câncer:** enviado para sanção presidencial, o PL 843/07 autoriza o trabalhador a se ausentar do serviço para realizar exames preventivos contra o câncer. Apesar do tema não se restringir às mulheres, faz parte do pacote acertado pela bancada feminina.

**04) Reconstrução de mama:** dependente de sanção presidencial, o PL 4409/16 garante o direito à reconstrução das duas mamas para garantir sua simetria em mulheres submetidas a tratamentos contra o câncer.

**05) Porn revenge:** enviado para sanção presidencial, o PL 5555/13 prevê pena de 6 meses a 1 ano e multa para quem fizer registro não autorizado da intimidade sexual. O crime também inclui quem produz montagem para incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual.

**06) Medida protetiva:** ainda sem aval do presidente, o PL 3030/2015 aumenta a pena de homicídio no caso de descumprimento de medida protetiva de urgência prevista na Lei Maria da Penha.

**07) Mães presas:** pendente de sanção do presidente, o PL 10269/18 coloca na lei entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal) que concedeu às detentas mães o direito de cumprir a pena em regime domiciliar.

**08) Tratamento de agressores:** depende de aprovação dos senadores o PL 5001/16, que altera a Lei Maria da Penha para que o autor de violência familiar frequente centros de educação e de reabilitação e receba acompanhamento psicossocial, por meio de atendimento individual ou em grupo de apoio. Após um acordo em plenário, o texto final prevê que a orientação possa ser determinada pelo juiz, mas não seja uma obrigação.

Por Marcella Fernandes

---

# Mulheres fazem ato contra Bolsonaro em 23 cidades do país

*Convocados pelas redes sociais, atos foram registrados em dez estados e no Distrito Federal.*

[\(G1, 20/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Protestos contra a candidatura do presidencial Jair Bolsonaro (PSL) foram registrados em 23 cidades de dez estados e no Distrito Federal, neste sábado (20). Os atos foram convocados pelas redes sociais por diversas entidades. Apoiadores do candidato do PT, Fernando Haddad, também compareceram com camisetas e bandeiras.

Na cidade de São Paulo, o protesto contra Bolsonaro começou no Museu de Arte Moderna de São Paulo (Masp), na Avenida Paulista, que chegou a ficar fechada nos dois sentidos. Os manifestantes fecharam os dois sentidos da via e saíram em caminhada. Eles levavam cartazes e gritaram palavras de ordem contra o candidato do PSL.

A manifestação foi convocada pelos movimentos Frente Brasil Popular, Mulheres Unidas contra Bolsonaro, e Frente Povo sem Medo.

[Assista ao vídeo da reportagem no site do G1](#)

No estado de São Paulo, outras dez cidades registraram manifestações contra a candidatura do PSL.

No Rio de Janeiro, o ato foi organizado pelo movimento Mulheres contra Bolsonaro. O protesto começou às 15h, com os manifestantes saindo da Cinelândia em direção à Lapa, no Centro.

Em Brasília, no Distrito Federal, o ato teve início na rodoviária do Plano Piloto e seguiu até a Funarte.

Em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, Manuela D'Ávila, candidata a vice-presidente da República na chapa de Haddad, e outros integrantes do PT



participaram da manifestação contra Bolsonaro.

Nas capitais, manifestações contra Bolsonaro ainda ocorreram em Aracaju, Maceió, Florianópolis, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Goiânia.

Houve também atos em favor do candidato do PSL. Eles ocorreram em Assis, no interior de São Paulo, e em Chapecó, Santa Catarina.